

**Considerações e Proposições da 3ª Pré-Conferência  
Municipal de Educação – Eixos V e VI  
07/05/2018**

Comentários:

1. Buscar estratégias para garantir a educação pública laica e apartidária.
2. Descrever de forma específica as questões que envolvem a educação ambiental como obrigatória no cotidiano escolar.
3. Rever o conceito de raça e étnico-racial.
4. Direitos Humanos como algo necessário e essencial. Mobiliza diferentes áreas do campo da Educação.
5. Agricultura camponesa. Analisar e rever esta expressão.
6. Artigo do documento nº 224: quando falar em extensão universitária articular e promover o efetivo o diálogo com a escola básica.
7. Onde menciona bebida e águas – rever colocar água potável (Art. 238)
8. Necessidade de promover a educação bilíngue para surdos.
9. Ofertado instrumentos para a realização da pesquisa como processo contínuo.

Proposições:

1. Ressaltar que a luta pelos Direitos Humanos não tem partido. É uma demanda que não é partidária e implica em garantir o direito básico sem discriminação.
2. Utilizar como padrão a expressão étnico-racial
3. Promover o esporte e lazer de forma efetiva e que mobilize a comunidade.
4. Tornar obrigatório a inserção de temáticas críticas sobre educação socioambiental contemplando inclusive assessoria e supervisão. Incluir a educação para o consumo e reflexões sobre a cultura do consumo.
5. Tornar obrigatória formação de professores bilíngues para educação de surdos
6. Artigo 177 – O ato de politização é um ato educativo e não partidário. No mesmo Artigo – Exigir uma postura ética e

inclusiva dos educadores garantindo a escola como espaços para múltiplas expressões políticas, religiosas e filosóficas por parte dos educandos e suas famílias.

7. Artigo 179 – Retirar o termo “os inimigos da educação pública conservadora e neoliberalismo”.
8. A proposta do ensino religioso deve ser voltada para o conhecimento das diferentes culturas religiosas e respeitando a.  
a. Desenvolver estratégias para inibir o caráter confessional na rede pública.
9. Garantir e ampliar o fomento da pesquisa em todos os níveis.
10. Retirar o ensino religioso como conhecimento obrigatório nos diferentes níveis.
11. Ampliar as políticas de cotas.
12. Fomentar e promover cursos de formação para professores de ensino religioso da rede pública.
13. Incluir assistência social como política fundamental do trabalho intersetorial como garantia efetiva de direitos.
14. Formalizar estratégias de trabalho em rede.
15. Garantir participação da comunidade e organizações sociais em todos os espaços sobre a educação.
16. Expandir a inclusão da discussão de Direitos Humanos e Diversidade nos PPs das escolas e formação de todos níveis de ensino.
17. Artigo 187 – Especificar que estudos de gênero são oriundos de uma perspectiva que é diferente de ideologia de gênero. Portanto neste contexto gênero como uma construção social, cultural e histórica que ultrapassa o biológico e constitui os sujeitos. Nestas constituições as desigualdades se fazem presentes.
18. Artigo 187 – Tornar obrigatório em todos os níveis o conhecimento sobre o tema da desigualdade de gênero e igualdade entre homens e mulheres pautado na questão da violência doméstica e familiar a partir da Lei Maria da Penha.
19. Garantir o exercício do direito social ao desporto, o paradesporto.
20. Garantir o acesso ao esporte, cultura e lazer.

21. Artigo 202 – Acrescentar a Lei Brasileira de Inclusão (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.) e estratégias que garantam a equidade. Garantir estas temáticas (na formação de professores e currículos universitários).
22. Criar cotas para garantir o acesso de transexuais e travestis na universidade e políticas públicas que promovam o acesso e permanência na escola básica.
23. Revogar as políticas de cotas anteriores e garantir o acesso para candidatos pobres.
24. Manter as cotas e ofertar critérios claros e descritivos para o recebimento.
25. Garantir a efetivação das políticas de permanência para os ingressantes cotistas.
26. Instituir a educação integral como políticas de Estado com ampliação do tempo de permanência na escola e integração dos saberes.
27. Garantir as políticas de cotas existentes e ampliar.
28. Garantir as políticas afirmativas inclusivas construídas em movimentos históricos dando direitos aos iguais e desiguais.
29. Artigo 217 - Acesso aos bens culturais favorecendo as comunidades periféricas.
30. Garantir ampliação da formação em nível de extensão e pós-graduação sobre a temática Direitos Humanos.
31. Garantir políticas públicas que ofereçam condições para que as meninas e mulheres permaneçam na escola e EJA.
32. Garantir políticas de permanência de crianças, jovens e adultos na escola e EJA.
33. Constituição de assembleias escolares como resolução de conflitos e democratização do espaço escolar. Viabilizar espaços de protagonismo infantil e juvenil nas escolas.